

Lei 10.639: uma omissão criminosa e racista do Estado

» JOÃO OROZIMBO NEGRÃO

Jornalista e militante da União dos Negros pela Igualdade (Unegro)

Há 21 anos, o Estado brasileiro vem cometendo um criminoso ato de racismo. O não cumprimento da Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo presidente Lula logo no início de seu primeiro mandato. É um clássico caso de racismo institucional cometido pelo Estado em todas as suas esferas: federal, estadual e municipal.

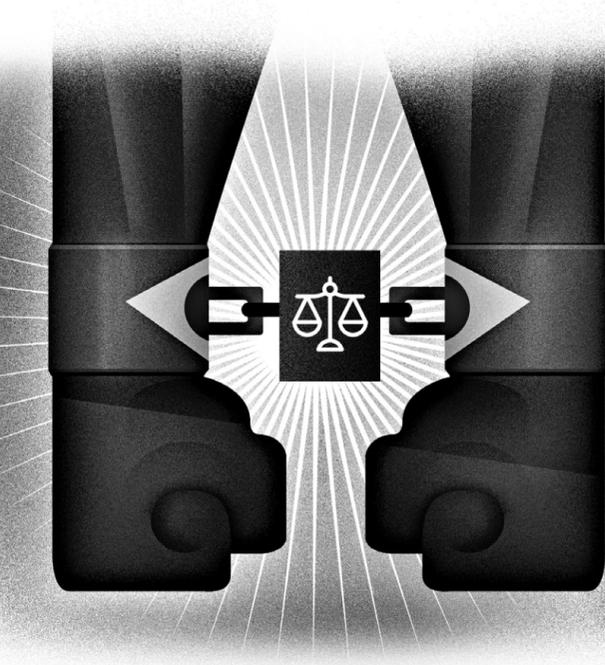
A 10.639 é a típica “lei que não pega”. É interessante notar que leis que atendem a demandas do povo negro e pobre têm essa mágica: “não pegam”. Trata-se de mais uma vertente da estupidez institucional de tornar visível o estereótipo do negro bandido à mercê do braço armado da instituição racista e, invisíveis, nossos aspectos positivos e o que interessa, de fato, à vida do povo negro.

A omissão no cumprimento da Lei 10.639 é um ato de racismo institucional que encontra paralelos ao longo da história da presença negra no Brasil colonizado. Lá pelos meados da terceira década do século 14, o papa autorizou os portugueses: podem escravizar, negros não possuem alma.

Desde então, o processo de escravização da população negra trazida da África ganha mais e mais autorizações institucionais para a manutenção e a ampliação da crueldade. No século 19, especialmente, uma série de leis já do Império do Brasil preparavam o terreno para a estruturação definitiva do racismo brasileiro. Não podem ter terras, não podem ter escola, não podem ter serviços de saúde, não podem ter moradias humanas, não podem ter financiamento. Enquanto isso, tudo aqui e muito mais foi dado e permitido aos imigrantes europeus estimulados a chegar após a “abolição”.

O racismo institucional é o pai do racismo estrutural. E o Estado brasileiro o realimenta desde sempre, cedendo às forças reacionárias, à elite racista. Mesmo em governos democráticos-progressistas, como o Lula I e II. Naqueles oito anos, nada foi feito para que a Lei 10.639 fosse aplicada de fato. O mesmo ocorreu nos anos do governo Dilma.

Agora, com um governo de coalizão, uma frente mal arrumada, o núcleo central, tido como progressista, cede com frequência vergonhosa ao atraso, quando não ao fascismo. Esse com uma força



ainda descomunal, mesmo fora da orientação fascista que foi de Bolsonaro, com uma emulação racista a persistir.

É impressionante como se amplificou, em tal período, o racismo na sociedade brasileira em geral. É assustador: se incrustou severamente nas instituições de Estado, especialmente em seu aparato policial, em largos setores do Judiciário — com ênfase em primeira e segunda instâncias — e na maioria da composição retrógrada do Legislativo, em todos os âmbitos.

A Lei 10.639 é uma alteração da Lei 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece a LDB, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A 10.639 inclui, na LDB, “o currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de tema História e Cultura Afro-brasileira”.

O fato, no entanto, é que a aplicação da Lei 10.639 não existe em lugar nenhum. O que existe são ações individuais de escolas, pela iniciativa de professores, coordenadores e diretores em referência a datas do movimento negro, em especial o 20 de novembro.

Nada suficiente para suplantar o estereótipo negativo do indivíduo e do continente do qual ele foi arrancado. Insuficiente para ajudar a corrigir o racismo estruturado pelo

Estado brasileiro por quase cinco séculos de subjugação e desumanização de nós negros.

A construção ideológica do racismo na mídia é um dos temas de palestras que profiro em escolas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Distrito Federal (aqui, a convite do Sinpro, que, aliás, em relação à 10.639 tem feito o trabalho que o GDF não faz). Por minhas andanças, nunca verifiquei estabelecido nos currículos dessas unidades da Federação e seus municípios o ensino da história e cultura afro-brasileira.

É uma criminosa omissão que se amplifica na esfera federal, com o Ministério da Educação, ao qual cabe fazer com que estados e municípios cumpram a lei, e o descaso dos ministérios da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, de, em sua institucionalidade transversal, ao menos estabelecer um debate com o MEC.

Penso que essa é a pauta mais emergente de todas as entidades do movimento: cobrar veementemente do Estado brasileiro o cumprimento da Lei 10.639. Cobrar do MEC, do MIR e do MDH, mas também recorrer ao Ministério Público Federal e ao Supremo Tribunal Federal. Mais ainda: denunciar o Estado brasileiro em cortes internacionais pela prática criminosa desse racismo institucional.

Desafios da aprendizagem

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da UnB, pesquisador emérito do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022 – 2030 o Brasil e Mundo que queremos

Quando nascemos, o nosso aprendizado é limitado pelo que percebemos na vida intrauterina, representado, principalmente, por sons de múltiplas sequências, como se fossem uma orquestra. Além disso, o feto percebe outros ruídos externos, como vozes e buzinas. É admitido que, depois do quarto mês, o feto reage aos sons e ao toque e começa a criar o vínculo afetivo profundo com a mãe. Nos últimos três meses de gravidez, o bebê já percebe muito do que acontece ao seu redor. Alguns pesquisadores acham que ele até começa a apreciar música e a se acostumar com a linguagem. Ao nascer, chora, iniciando uma transição marcada por uma respiração pulmonar independente. Após o nascimento, uma série de transformações ocorrem no corpo do bebê para ajudá-lo a sobreviver e se adaptar na jornada chamada vida.

As crianças, desde cedo, estabelecem interações com as pessoas que lhes são próximas e com o meio que as circundam. Tentam compreender o mundo em que vivem e, por meio de brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas. Elas aprendem a falar, a terem desejos e estabelecem laços afetivos com a família, com outras crianças e adultos. O acelerado avanço técnico científico levanta questões inéditas no processo de aprendizagem, na interação social e suas relações com as mídias novas e antigas. Assim, surgem novos desafios nos processos de aprendizagem. A escola, na maioria das

vezes conservadora, não entende e compreende a criança contemporânea, que fala e escreve em uma nova linguagem, subvertendo uma relação e provocando um conflito de gerações. A acessibilidade à internet nos lares e espaços coletivos vai aumentando o número de pessoas, incluindo o segmento infantil e juvenil, que, de alguma forma, vai pautando a conduta com seu grupo familiar, social, escolar e de seus pares. Elas vão moldando o seu imaginário, misturando ficção com a realidade.

A educação contemporânea enfrenta desafios significativos, tais como a necessidade de formação de indivíduos capazes de lidar com um mundo em constante mudança e a ampliação do acesso a uma educação transformadora para um convívio pacífico da sociedade humana. O sistema de educação formal — educação básica e superior — não se adaptou ainda aos avanços tecnológicos. A transmissão de conhecimento aos estudantes por meio de aulas tradicionais, muitas vezes, entediadas e não atrativas, é a que prevalece, embora Paulo Freire tenha nos alertado que a “formação bancária” deveria ser abandonada.

A meta da educação não pode se reduzir a uma formação profissional visando um bem-estar do educando. É absolutamente fundamental que seja incorporado o sentimento do coletivo e que sempre temos que ter afeto e preocupação com os outros. É importante enfatizar que o trabalho colaborativo é um instrumento importante na aprendizagem. Virtudes como solidariedade, ética, compaixão

e outras devem se amalgamar na personalidade que está amadurecendo e moldar os costumes do presente e do futuro. O exercício do pensamento crítico e da criatividade deve ser transversal em todos os segmentos da educação. A escola ideal é aquela onde o pensamento é exercido permanentemente.

O papel do professor contemporâneo é um requisito fundamental na transformação educacional. Ele deve ter a capacidade de formar indivíduos autônomos, que saibam lidar com a diversidade e a incerteza e possam contribuir, de forma significativa, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, as universidades, sobretudo as públicas, devem colocar como prioridade a formação desse “novo” professor. Sob o ponto de vista social, o trabalho de um professor é tão ou mais importante que o de um delegado ou o de um juiz. Assim, o salário do professor deveria estar no topo da carreira pública. O professor deve ter uma carreira atrativa e condições de infraestrutura compatíveis com as tecnologias contemporâneas.

Políticas educacionais não deveriam estar somente na pauta de propagandas eleitorais. Precisam ser de Estado e não sofrerem interrupções causadas, muitas vezes, por rixas partidárias. Fechando essas breves reflexões, lembro novamente do nosso grande educador Paulo Freire, que disse: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.” “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Processos de desumanização

Talvez, o maior problema existente hoje no âmbito da medicina pública não fique por conta apenas do notório sucateamento e superlotação dos hospitais e postos de saúde do Estado, mas na ponta final desse longo processo de descaso, que acaba conduzindo ou empurrando o atendimento médico para o beco sem saída da desumanização das relações entre pacientes e profissionais de saúde.

As cenas de revolta de pacientes nas antessalas de atendimento, querendo invadir os consultórios aos gritos, seguidas de outras cenas que acabam em xingamentos e agressões, repetem-se a cada dia dentro dos hospitais públicos por todo o país. Há uma espécie de revolta no ar toda a vez que aglomerações e filas se formam na frente desses centros de saúde. Culpar unicamente os médicos e os atendentes de nada adianta. Na melhor das hipóteses, contribui para a piora dos serviços. A causa desse caos na saúde, embora seja, em tese, a pasta que mais recebe repasses da União, é mais profunda.

Este ano, segundo fontes do próprio governo, foram alocados R\$ 215,2 bilhões, um valor, segundo especialistas nessa área, abaixo do necessário. O que ocorre hoje com a saúde em nosso país é semelhante ao que afeta também as áreas de educação, segurança e outras de interesse direto da população. Não há uma prioridade e uma real concentração de esforços para resgatar esses setores do constante patamar da decadência e do mal atendimento. A má gestão, a falta de reconhecimento à importância dos profissionais da saúde e educação, seguidas de desvios de toda a ordem, é uma doença que vem de cima e continua todo o restante.

A coisa fica pior quando se verifica que o governo não tem plano consistente algum para essas áreas. Mesmo a indicação dos altos escalões que vão gerir essas pastas obedece não a critérios técnicos, mas a preferências políticas e a outras conveniências estranhas e prejudiciais ao setor. Quando o problema vem de cima, com todo o seu peso burocrático e paquidêmico, aqueles que estão na base e no atendimento ao público é que são esmagados. Obviamente que, nesse processo de enxurrada de lama morro abaixo, os que sofrem por último e de maneira mais trágica são justamente os cidadãos que buscam os serviços públicos.

A desumanização de todo o sistema de atendimento, seja na saúde, seja na educação ou mesmo em outras áreas do atendimento ao público, é, assim, o derradeiro processo que vem para soterrar as relações humanas, tornando todo o sistema gravemente enfermo. Difícil em meio a tantos contratemplos é encontrar meios de humanizar adequadamente as relações entre médicos e pacientes, entre professores e alunos ou entre funcionários públicos e a população.

Para o cidadão que arca com todos os altos custos dos serviços públicos prestados à população, a sensação frente a toda a desumanização no atendimento é culpa do primeiro atendente, visto do outro lado do balcão. A ele todos os impropérios e revoltas são dirigidos. O que ninguém parece enxergar é que a causa final de toda essa desumanização não está realmente na ponta do sistema, mas lá distante, na sua origem.

A frase que foi pronunciada:

“Na prática...a teoria é outra.”

Roberto Parentoni, advogado criminal

Pague e pegue

» A mais famosa empresa de entrega de alimentos comprados de restaurantes tem uma prática divergente aos direitos do consumidor em sua política de cancelamento de pedidos. Uma taxa pela entrega dentro dos parâmetros. Mas se por ventura o cliente não atender à porta ou se o motoqueiro disse que tocou a campanha e ninguém atendeu, a comida volta e o consumidor perde o que pagou.

Surreal

» Se na capital do país o abandono ao pessoal da saúde, educação, cultura e segurança está como está, imaginem pelo Brasil afora. O piso da enfermagem de R\$ 4 mil ninguém paga, professores que desistem da profissão, teatros fechados. Para se ter uma ideia, enquanto o Parlamento aprova o aumento dos proventos de juizes e promotores, um pediatra que trabalhou por 50 anos salvando vidas recebe R\$ 7 mil de aposentadoria.

Alerta

» A Neoenergia adverte consumidores para o novo golpe do parcelamento. Se optar por parcelar, é bom que seja pelo site da empresa ou pela loja de atendimento.

Pelas beiradas

» Lei do Planejamento Familiar discutida no STF Dessa vez, o PSB abriu caminho na ADI 5.911. O assunto gira em torno da realização do procedimento de esterilização voluntária com a idade mínima de 21 anos ou dois filhos vivos.

Viva a vida

» Roseana Murray, escritora atacada por pit bulls que perdeu um braço, recebe alta. O carinho da equipe de enfermagem ajudou a poetisa a enfrentar os 13 dias de agonia.

História de Brasília

A solidariedade existente entre os pioneiros de Brasília ainda é um exemplo para os que se mudam para a nova capital. Outro dia, o sr. J. J. Sabriá parou seu carro para retirar uma pedra do meio da rua, e, ontem, o Ruy dos Santos, gerente da Satic, achou uma chave próxima a um carro e deixou o seguinte bilhete para o motorista: “Creio ter o senhor perdido a chave do seu carro. Entreguei-a e coloquei-a no porta-luvas”. (Publicada em 6/4/1962)